

OBSERVATÓRIO CONE SUL DE DEFESA E FORÇAS ARMADAS
INFORME BRASIL N° 077

Período: de 19/04/03 a 25/04/03

Franca – Brasil

- 1 - *O Globo* defende apelo do Rio às Forças Armadas
- 2 - Ministro da Defesa diz ser contra presença das Forças Armadas nas ruas do Rio em feira de Defesa
- 3 – Urânio brasileiro foi enviado ao Iraque em aviões russos
- 4 - *Folha de S. Paulo* fala da “inspiração de Lula no governo militar”
- 5 - Encerra-se ciclo de militares no Supremo Tribunal Federal
- 6 - Lula mantém sigilo de documentos decretado por Fernando Henrique
- 7 - Deputada propõe serviço militar facultativo
- 8 - Empresa bélica brasileira recebe calote do governo de Saddam Hussein
- 9 - Governo Federal prepara plano para o Rio com participação da inteligência das Forças Armadas
- 10 - Ex-ministro argentino defende agenda ampla para o Mercosul, abrangendo a segurança
- 11 - Projeto de Segurança Pública prevê fim da “Polícia Militar”
- 12 - - Presidente Lula defende cumplicidade de trabalho das Forças Armadas com as polícias
- 13 - Governo quer contribuição de 11% para militares
- 14– Reunião de ministros da Defesa prevê sistema de vigilância comum para o continente sul-americano
- 15 - Programa da Força Aérea Brasileira (FAB) de Fernando Henrique Cardoso é reavaliado pelo governo Lula
- 16 - Matérias denunciam possibilidade de militares brasileiros terem adotado filhos de guerrilheiros mortos

O Globo defende apelo do Rio às Forças Armadas

O jornal *O Globo*, em coluna opinativa defende como positivo o apelo da governadora do Rio de Janeiro, Rosinha Matheus, às Forças Armadas para sanar a crise de segurança pública no Estado. Segundo Milton Corrêa da Costa, autor da coluna, a acelerada deterioração da segurança pública no Rio de Janeiro reduz as alternativas colocadas à frente das autoridades e encurta o tempo para a tomada de decisões. Segundo ele, os métodos utilizados pela polícia não funcionam diante do crime organizado. O Rio de Janeiro é citado no mapa internacional do tráfico de drogas e o modelo de organização do tráfico carioca começa a ser reproduzido em pequenas cidades. Milton afirma que diante desta situação a segurança pública deve ser profundamente reestruturada, mais no que tange à questão da inteligência do que na questão da força e por isto ele apóia a atitude da governadora de solicitar o apoio das Forças Armadas no patrulhamento do Rio de Janeiro, ainda que sob uma forma de “ingerência consentida”. De acordo com Milton, há que se fazer o uso de todos os instrumentos legais disponíveis, uma vez que o Rio de Janeiro encontra-se diante de uma situação emergencial. (Milton Corrêa - *O Globo*-Opinião -19/04/03)

Ministro da Defesa diz ser contra presença das Forças Armadas nas ruas do Rio em feira de Defesa

A “Latin America Defentech” (LAD), mostrou entre os dias 22 e 25 deste mês, na cidade do Rio de Janeiro, os mais avançados produtos na área de defesa, com a participação de mais de 250 expositores e mais de 8.500 visitantes. A feira foi aberta pelo ministro da Defesa brasileiro, José Viegas; compareceram ao evento 155 representantes de 51 países. Segundo Juan Pablo de Vera, diretor-geral da LAD, o evento cresceu 40% desde 1997. Isto se deu, de acordo com ele, porque após os atentados de 11 de setembro contra os Estados Unidos os países se convenceram da importância da indústria da defesa. Dentre os expositores, estavam fornecedores de armas de última geração usadas na guerra do Iraque. A feira deste ano é a maior das quatro edições do evento, já que os expositores apostam na posição neutra do Brasil para fechar os negócios, que exigem discrição e ausência de restrições, além da perspectiva de aumento dos investimentos em defesa na América Latina. Potências armadas e países com experiência em conflitos, como Estados Unidos, Inglaterra, China, Índia, Irã, Sérvia e Montenegro expuseram seus produtos no evento. A empresa brasileira de defesa Inbafiltro mostrou durante a feira seu recente lançamento: um veículo leve blindado para uso das Forças Armadas que pode ser usado no combate a traficantes nas grandes cidades. O nome do veículo é “VBL” e pode ser equipado com detector de miras laser de armas e câmeras para filmagem à noite, por exemplo. Na quinta-feira (24), o diretor do Grupo Aeroespacial da Reed Exhibitions, Andry Braley, anunciou em entrevista coletiva que o Brasil será sede, em 2005, da I Feira Latino-Americana de Defesa Aérea e Terrestre, a Latin América Aero&Defense (LAAD), com o objetivo de tornar o evento um dos dez maiores da indústria de tecnologia de defesa e aeronáutica. A feira deverá ser realizada na Base Aérea do Galeão, no Rio de Janeiro. Durante a LAD, ao ser questionado sobre a segurança pública no Estado do Rio de Janeiro, e sobre a possibilidade de intervenção das Forças Armadas, Viegas declarou que o governo federal não está alheio à situação, e que em um último caso, este poderia até intervir em socorro ao governo estadual do Rio, mas que não “deseja isso a ninguém”. No entanto, posicionou-se contra a presença das Forças Armadas nas ruas que, segundo ele, não tem poder de polícia por não serem treinadas para isso, e que devem estar nas ruas em épocas extremas e não diante da normalidade. A cidade do Rio de Janeiro tem sofrido freqüentes ataques por parte de chefes do crime organizado, como incêndios em ônibus, inclusive um da Polícia Militar nos últimos dias. (Jornal do Brasil – Economia -19/04/03; O Globo – O País – 23/04/03; Folha de S. Paulo – Cotidiano – 24/04/03; Jornal do Brasil – Brasil – 25/04/03)

Urânio brasileiro foi enviado ao Iraque em aviões russos

O livro “Saddam, amigo do Brasil: a história secreta da conexão Bagdá”, de autoria do jornalista Leonardo Attuch, assegura que o urânio vendido pelo Brasil ao Iraque em 1981 foi transportado por dois aviões russos, como mostra a *Folha de S. Paulo*. O livro trata das relações entre Brasília e Bagdá nas décadas de 1970 e 1980. O autor afirma que a exportação do urânio foi coordenada pelo brigadeiro Hugo Piva e que as autoridades brasileiras estavam cientes de que o urânio seria utilizado no desenvolvimento da bomba

atômica. Os aviões russos teriam saído da cidade de São José dos Campos (interior do Estado de São Paulo) rumo à Bagdá. Attuch diz que o brigadeiro confirma que não era responsabilidade do governo brasileiro averiguar a finalidade do material exportado e que a exportação não foi controlada por agências internacionais. No livro, o jornalista constata que o plano inicial da cooperação militar entre os dois países era desenvolver conjuntamente sistemas de mísseis balísticos. O governo militar brasileiro também desenvolveu parcerias econômicas com o Iraque: durante a ditadura, o posto de embaixador em Bagdá era um dos postos de maior importância na diplomacia brasileira, afirma o autor do livro, lembrando que naquela época o ditador do Iraque era aliado dos Estados Unidos. (A Folha de S. Paulo – Brasil - 19/04/2003)

Folha de S. Paulo fala da “inspiração de Lula no governo militar”

Segundo a *Folha de S. Paulo*, o presidente Luiz Inácio Lula da Silva tem se inspirado na reforma promovida em 1965 pelo regime militar, sob o comando de economistas do pensamento liberal. As reformas são caracterizadas pelas seguintes medidas: redução da autonomia dos Estados, fim da guerra fiscal por investimentos, redução de tributos que incidem sobre o processo produtivo, desoneração das exportações e equilíbrio das contas públicas. De acordo com o jornal, especialistas concordam que a reforma dos militares criou um sistema de impostos moderno e inovador à época, contribuindo para a operacionalização do chamado “milagre econômico”. Esta tarefa, no entanto, torna-se mais difícil no regime democrático, segundo o jornal. A *Folha de S. Paulo* afirma que Lula participou como deputado da reforma tributária, promovida pela Constituição de 1988, numa época, porém, em que os objetivos do governo eram distintos: ampliar a autonomia dos Estados e municípios e reduzir o peso federal no bolo tributário; em outras palavras, um novo pacto federativo compatível com a redemocratização do País. Para o jornal, Lula, agora presidente, Lula está tentando levantar a mesma bandeira no que tange à reforma tributária. (Folha de S. Paulo – Brasil - 20/03/2003)

Encerra-se ciclo de militares no Supremo Tribunal Federal

Segundo informou *O Estado de S. Paulo*, a presença no Supremo Tribunal Federal (STF) de ministros indicados pelos generais presidentes do regime militar está quase a se findar. Sydney Sanches, indicado pelo ex-presidente militar João Baptista Figueiredo, e Moreira Alves, indicado por Ernesto Geisel, também ex-presidente militar, serão afastados do STF e substituídos por juristas escolhidos pelo presidente Luiz Inácio Lula da Silva. (O Estado de S. Paulo – Nacional - 20/04/03)

Lula mantém sigilo de documentos decretado por Fernando Henrique

O decreto editado pelo ex-presidente Fernando Henrique Cardoso em 27 de dezembro de 2002 e publicado no "Diário Oficial da União" em 30 de dezembro do mesmo ano coroou uma série de pressões militares para dificultar o acesso público a documentos sigilosos de órgãos públicos. O primeiro projeto do que viria a ser a Lei de Arquivos foi iniciativa, no começo da década de 1980, da então diretora do Arquivo Nacional, Celina Vargas do Amaral Peixoto. Houve resistência da área militar, que agia sem cumprir legislação específica sobre o tema. Em 1991, o então presidente Fernando Collor sancionou a lei. Logo a

Secretaria de Assuntos Estratégicos (SAE) sucessora do Serviço Nacional de Informações (SNI) e uma das antecessoras da atual Agência Brasileira de Inteligência (ABIN), elaborou projeto com nova redação. Controlada por militares, a SAE queria que os prazos para manutenção de sigilo da documentação contassem a partir do momento em que os papéis fossem classificados (definindo a categoria de sigilo), e não da sua produção. O prazo para liberar um documento de 1970 classificado com um carimbo em 1995 começaria a contar deste ano, e não daquele. A SAE foi malsucedida, e a lei, mantida. Em 1997, houve reação quando se elaborou o decreto - editado por Fernando Henrique - que limitou em 60 anos o prazo máximo para liberar documentos considerados ultra-secretos. A então Subsecretaria de Inteligência da Presidência queria que os chefes de poderes pudessem delegar a autorização de classificação como ultra-secreto, o que só agora vingou. O decreto de dezembro passado não foi produzido pela Casa Civil: o texto se originou do Gabinete de Segurança Institucional (GSI) da Presidência, comandado à época pelo general Alberto Cardoso. A professora de História Maria Aparecida de Aquino, da Universidade de São Paulo (USP), afirma que, sem o acesso a arquivos militares, "ficarão sem nenhuma possibilidade de solução determinados casos" de mortes e desaparecimentos ocorridos durante o regime militar. Há divergências sobre os motivos de Fernando Henrique Cardoso para editar o decreto que muda as normas que estiveram em vigor durante seu governo, e também sobre o porquê do presidente Lula manter o decreto de dezembro. Para Célia Costa, da Fundação Getúlio Vargas, "a tendência no mundo é liberar ou manter no mínimo necessário os segredos de Estado", e que o Brasil iria na contramão. Sobre a atitude do Planalto, diz entendê-la, porque "há outras prioridades" e "algumas coisas escapam" no começo de governo. Apesar de apelos recebidos desde janeiro, quando tomou posse, o governo de Luiz Inácio Lula da Silva não revogou o decreto assinado por seu antecessor. A Lei de Arquivos (número 8.159, de 91) fixa em 60 anos o prazo máximo de restrição a documentos sigilosos referentes à segurança da sociedade e do Estado. O decreto 4.553, editado por Fernando Henrique Cardoso na última semana do seu governo, amplia os limites de todas as categorias (reservado, confidencial, secreto e ultra-secreto), criando o prazo de 50 anos prorrogáveis até a eternidade - portanto acima do que a lei prevê. A Casa Civil está recebendo diversos apelos de instituições arquivísticas e de pesquisa pedindo a revogação do decreto de Fernando Henrique. (Folha de S. Paulo – Brasil - 20/04/03)

Deputada propõe serviço militar facultativo

A deputada federal Maria do Rosário, do Partido dos Trabalhadores (PT), apresentou no final de março uma Proposta de Emenda à Constituição (PEC) que transforma o serviço militar obrigatório em facultativo. Maria do Rosário alega que "o regime militar, marcado por forte presença das Forças Armadas na política brasileira, é passado" e "a preocupação com a defesa do território há muito deixou de ser prioridade". Além disso, ela acusa o serviço militar obrigatório de fazer com que milhares de jovens interrompam seus estudos. A proposta da deputada ainda não foi discutida por nenhuma das comissões da Câmara dos Deputados. Em 6 de novembro de 2002, a Comissão de Constituição e Justiça da Câmara já havia aprovado uma PEC do deputado Fleury Filho (Partido Trabalhista Brasileiro), que propunha o serviço voluntário

em tempos de paz. À essa proposta foi apensada outra PEC, do deputado Luiz Gonzaga Patriota (Partido Socialista Brasileiro) que estende às Polícias Militares e Corpos de Bombeiros a competência para a formação de reservistas. O texto precisa agora ser aprovado em plenário. A obrigatoriedade do serviço militar foi objeto de discussão dos candidatos à Presidência nas eleições de 2002 devido à crise financeira enfrentada pelas Forças Armadas. A crise fez com que o Exército dispensasse 44 mil dos 52 mil alistados no início de 2002, além de antecipar em três meses o retorno dos recrutas à suas casas e suspender o pagamento do auxílio que eles recebiam. Quando eleito, o presidente Luiz Inácio Lula da Silva defendeu a profissionalização das Forças Armadas e afirmou que o sistema vigente seria substituído por um “sistema civil voluntário”. (Folha de S. Paulo – Brasil - 21/03/03)

Empresa bélica brasileira recebe calote do governo de Saddam Hussein

A Avibras, uma das maiores empresas do setor aeroespacial e de produtos bélicos do País diz ter recebido, em 1981, um calote de U\$\$ 42 milhões em contrato firmado com o ditador iraquiano Saddam Hussein para fornecimento do sistema de artilharia Astros2. O presidente da Avibras, João Verdi Carvalho Leite, disse que não existe nenhuma possibilidade de a empresa reaver o dinheiro do governo iraquiano. (Folha de S. Paulo – Brasil - 21/04/2003)

Governo federal prepara plano para o Rio com participação da inteligência das Forças Armadas

A cúpula da área de segurança pública federal está preparando um plano alternativo à “intervenção branca” no Rio, como chegou a ser cogitada pelo Ministério da Justiça no mês passado. Uma das idéias é voltar a insistir com a governadora Rosângela Matheus para que ela aceite o plano do governo federal de combate à corrupção nas polícias Civil e Militar. Caso a governadora rejeite a oferta, a única saída do governo será tocar um projeto próprio de saneamento da segurança no Estado a partir da Polícia Federal e até do serviço de inteligência das Forças Armadas. (O Globo – O País – 22/04/03; O Globo – Rio – 23/04/03)

Ex-ministro argentino defende agenda ampla para o Mercosul, abrangendo a segurança

O ex-ministro argentino e atual candidato à presidência da Argentina, Ricardo López Murphy, em entrevista para o jornal *Folha de S. Paulo*, disse que se for eleito manterá boas relações com o Brasil, fazendo com que os acordos sejam “o mais institucionais possíveis”, ou seja, para que o Mercosul “não dependa da arbitrariedade dos governantes”. Murphy defende também uma coordenação macroeconômica forte, com o bloco abarcando todas as áreas: segurança, ambiente, políticas sociais, ou seja, uma agenda bastante ampla. (Folha de S. Paulo – Brasil – 22/04/03)

Projeto de Segurança Pública prevê fim da “Polícia Militar”

O presidente Luiz Inácio Lula da Silva, juntamente com o ministro da Justiça, Márcio Thomaz Bastos, o Secretário Nacional de Segurança Pública, Luis Eduardo Soares e o diretor geral do Departamento da Polícia Federal, Paulo Lacerda estiveram nesta última terça-feira (22) no Espírito Santo para formalizar a adesão do Estado ao Sistema Único de Segurança (SUSP), plano

que visa modernizar a polícia e possibilitar o combate à violência que assola o país. O Gabinete de Gestão Integrada baseia-se no SUSP e é comandado pelo ministro da Justiça, por representantes da Secretaria Nacional de Segurança Pública, das polícias federal e rodoviária federal e da Agência Brasileira de Inteligência (ABIN). O governo federal vai investir este ano, por intermédio das Secretarias Nacionais de Segurança Pública e de Justiça, aproximadamente R\$ 800 milhões no combate ao crime, segundo o ministro da Justiça, Márcio Thomaz Bastos, durante a reunião após a solenidade de adesão do Espírito Santo ao SUSP. Dentre várias ações dadas como prioritárias pelo ministro da Justiça está a integração das academias de polícia; a intenção é acabar com a formação militar que vigora até hoje nos cursos da Polícia Militar, tal como no período em que foram criadas, durante o regime militar. A Secretaria Nacional de Segurança Pública já está estudando a elaboração de currículos únicos para as polícias estaduais e o próximo passo será tirar da Constituição a denominação da Polícia Militar como força auxiliar do Exército. (Folha de S. Paulo – Brasil -18/04/2003; O Estado de S. Paulo – Cidades – 23/04/03)

Presidente Lula defende cumplicidade de trabalho das Forças Armadas com as polícias

O presidente Luiz Inácio Lula da Silva defendeu, no dia 22, em solenidade realizada no Espírito Santo, a reforma do Judiciário com controle externo. Lula recebeu a maior comenda dada pelo governo do Estado, o Grande Colar Jerônimo Monteiro. “É preciso saber como funciona a “caixa-preta” desse Poder que se considera intocável”, afirmou. Na solenidade, em que foi assinado protocolo de repasse de verbas para a segurança pública do Estado, Lula avaliou que o crime organizado tem vencido “de forma vergonhosa” a polícia e defendeu maior integração entre todas as polícias e as Forças Armadas no combate ao narcotráfico e à criminalidade. De acordo com o presidente, o programa de segurança unificado quer dizer que a Polícia Civil, a Polícia Militar, a Aeronáutica, o Exército e a Marinha têm que estar subordinados a uma só orientação política de governo. Para citar a importância da integração e do acordo que cria o gabinete único de gestão de segurança no Espírito Santo, Lula citou um filme feito pela Aeronáutica em aviões de patrulha na fronteira com o Paraguai: no filme, segundo ele, embora tenham sido identificados pelos aviões da Força Aérea Brasileira, os traficantes zombam dos militares, chegando a mostrar crianças e mulheres no avião porque não há lei que permita o abate de aeronaves e adverte que se não houver cumplicidade de trabalho entre a Polícia Federal e a Aeronáutica, os traficantes irão pousar em aeroportos que os aviões da FAB não podem pousar, “encher o tanque e ir embora”, sem que algo possa ser feito. Justamente por isso, Lula ressalta que o papel do ministro da Justiça mudou, “não é mais o de colocar o Exército na rua, mas o de trabalhar com inteligência”, o que o presidente considera ser “mais eficaz do que 30 canhões”. (O Estado de S. Paulo – Nacional – 23/04/03; O Estado de S. Paulo – Cidades – 23/04/03; O Globo – O País – 23/04/03)

Governo quer contribuição de 11% para militares

O governo ainda não decidiu se a reforma do regime próprio de Previdência dos militares será encaminhada no próximo dia 30 de abril ao Congresso juntamente com a dos demais servidores públicos, mas já dispõe de uma

proposta: elevar a atual contribuição previdenciária dos militares de 7,5% para 11%. A decisão de enviar o projeto neste momento, entretanto, caberá ao presidente Luiz Inácio Lula da Silva, a partir de uma avaliação de sua repercussão política nos quartéis. O ministro da Defesa, José Viegas, até o momento não se declarou contra a idéia de elevar a contribuição previdenciária dos militares, mas lembrou que eles já têm desconto de 11%, como os outros servidores, sendo 3,5% para planos de saúde e 7,5% para a Previdência. Ao contrário da reforma dos servidores civis, a questão previdenciária dos militares não foi objeto do acordo fechado na semana passada com os governadores por interessar quase que exclusivamente à União. Atualmente, cerca de 37% das despesas federais com aposentadorias e pensões são com os militares - um gasto de R\$ 11,7 bilhões por ano. No Ministério da Defesa, entretanto, a proposta não é consensual e já provocou algumas rugas entre o ministro da Defesa, José Viegas e seus colegas Ricardo Berzoini, da Previdência e José Dirceu, da Casa Civil. O que Viegas defende é que o regime especial de Previdência das Forças Armadas seja discutido separadamente da reforma previdenciária a ser enviada pelo governo federal ao Congresso, pois segundo ele, as Forças possuem direitos e não privilégios. As mudanças específicas no regime próprio dos militares, como a modificação das atuais contribuições, estão sendo objeto de estudo de um grupo técnico de trabalho, constituído por representantes da Previdência Social e do Ministério da Defesa. De acordo com informações técnicas, as alterações que estão sendo analisadas poderão vir a ser adotadas por legislação ordinária, não sendo necessária emenda constitucional. Além das mudanças nas contribuições dos militares, o governo também deseja que não exista mais nenhuma contagem fictícia de tempo de serviço para fins de aposentadoria. Daí que o estudo prevê que deixe de ser considerado para esse fim o tempo passado na academia militar. Existem atualmente 174 mil pensões militares, que oneram os cofres públicos em R\$ 5 bilhões por ano. (O Estado de S. Paulo – Nacional – 23/04/03; O Estado de S. Paulo – Nacional – 24/04/03)

Reunião de ministros da Defesa prevê sistema de vigilância comum para o continente sul-americano

No último dia 23, ocorreu no Rio de Janeiro a 1ª Reunião de Ministros da Defesa da América do Sul para lançar um sistema de vigilância comum para o continente sul-americano. Por meio desse mecanismo haverá troca de informações sobre ameaças consideradas urgentes, como o combate ao narcotráfico e o crime transnacional. A idéia seria unificar os bancos de dados nacionais sobre ações de traficantes de drogas e de armas e compartilhar inteligência obtida por sistemas de vigilância, como o Sistema de Vigilância da Amazônia (Sivam), que recentemente entrou em operação na Região Amazônica. Segundo o ministro da Defesa do Brasil, José Viegas, “somos países em plenitude democrática e temos certeza de que velhas rivalidades ficaram no passado. Em nosso encontro também constatamos que possuímos problemas comuns para enfrentar, como o controle de nossas fronteiras, para impedir atividades ilegais do crime organizado. Num segundo passo será promovida a integração das forças armadas sul-americanas, principalmente em ações de manutenção de paz”. De acordo com Viegas, o sistema comum de segurança continental não se limitará a esses aspectos: “Podemos, no futuro, ampliá-lo de maneira a estabelecer requerimentos comuns para o

reequipamento das Forças Armadas sul-americanas. Dessa maneira conseguiríamos escala para relançar uma indústria bélica continental, produzindo material a partir de componentes fabricados em diversos países". A ministra da Defesa do Chile, Michelle Bachelet, esclareceu que o novo sistema não resultará em nova doutrina militar para o continente, e descartou, em curto prazo, a formação de um bloco militar no estilo da Organização do Tratado do Atlântico Norte (Otan). "Há um longo caminho a percorrer, inclusive cultural", ressaltou. "Nossas leis internas divergem muito. Em algumas constituições nacionais da América do Sul está permitida a utilização das Forças Armadas na segurança interna. Em outras não. Mas é claro que iremos aprofundar a integração das Forças Armadas do continente, em forças de paz ou em exercícios militares". O ministro Viegas também aproveitou essa reunião para defender a necessidade da modernização das Forças Armadas brasileiras, lembrando que "a vida média dos equipamentos da Força Aérea, do Exército e da Aeronáutica está perigosamente alta". O Plano Plurianual, de acordo com o ministro, deverá incluir um programa de reestruturação das três Forças, "dentro da realidade e dos limites de nossos recursos". Além da conclusão da licitação para compra dos caças que substituirão os Mirage III, está nos planos do Ministério da Defesa para o próximo ano um programa de reestruturação da Indústria de Materiais Bélicos do Brasil (Imbel), fabricante de armamentos leves. E também aproveitou para anunciar que já entregou ao ministro da Justiça, Thomaz Bastos, uma lista com 540 nomes de ex-cabos e soldados dispensados do Exército em março para serem aproveitados como guardas penitenciários, numa tentativa de evitar a cooptação de ex-militares pelo tráfico de drogas. A segunda reunião de ministros da Defesa da América do Sul irá ocorrer no Chile, mas ainda não tem data para acontecer. (O Estado de S. Paulo – Nacional – 23/04/03; O Estado de S. Paulo – Nacional – 24/04/03; O Globo – O País – 24/04/03)

Programa da Força Aérea Brasileira (FAB) de Fernando Henrique Cardoso é reavaliado pelo governo Lula

O programa de reaparelhamento da Força Aérea Brasileira (FAB) de seu antecessor está passando por mudanças implementadas pelo governo Lula, que deverá, no segundo semestre, lançar um cronograma do projeto de aquisição de novos caças, o Programa F-X - que foi suspenso logo no início de sua gestão. Além dele, algumas outras compras menores, de aviões de transporte leve e de patrulha naval, também tiveram o mesmo destino. O ministro Viegas, da Defesa, fez declarações no dia 22 a respeito do reforço na defesa do espaço aéreo, principalmente na Amazônia, e sobre a reavaliação de outras necessidades da FAB, e também das compras de aviões que ocorrerão em 2004. Isso significa que hoje os principais programas em andamento são tocados pela Embraer, principal fabricante nacional de aeronaves. São os aviões-radar, aviões de sensoriamento e aviões de ataque leve vinculados ao Sistema de Vigilância da Amazônia (Sivam), e a modernização dos velhos caças F-5. A Embraer, em consórcio com empresas francesas, é uma das favoritas para vencer a concorrência do programa F-X, com o modelo Mirage-2000, em que concorrem também outras empresas, com os caças F-16 (EUA), Gripen (Suécia), Su-35 (russo, em associação com a brasileira Avibrás) e MiG-29 (Rússia). (Folha de S. Paulo – Brasil – 23/04/03)

Matérias denunciam possibilidade de militares brasileiros terem adotado filhos de guerrilheiros mortos

Segundo matérias publicadas nos jornais *O Globo* e *Folha de S.Paulo*, começam a surgir fortes indícios de que filhos de militantes do Partido Comunista do Brasil (PC do B) que participaram da guerrilha do Araguaia foram seqüestrados e adotados por militares brasileiros. Em viagem à cidade de Fortaleza (Estado do Ceará) nesta semana, o presidente da Subcomissão de Direitos Humanos da Câmara dos Deputados que trata da questão dos desaparecidos da guerrilha do Araguaia, deputado federal Luiz Eduardo Greenhalgh colheu documentos e relatos que esclarecem detalhes sobre um dos fatos mais obscuros da luta entre militares brasileiros e guerrilheiros: o seqüestro e posterior adoção de filhos de guerrilheiros por militares. Luiz Eduardo Greenhalgh ouviu relatos da família do soldado Antônio Essílio Azevedo Costa, que registrou e criou como seu filho Juracir Bezerra Costa - na época, um garoto de cinco anos de idade que vinha de Xambioá, o principal foco das ações de repressão das Forças Armadas. Juracir pode ser filho de Osvaldo Orlando da Costa, o Osvaldão, o mais conhecido guerrilheiro do PC do B na região, morto em 1974. Ao reencontrar a avó adotiva, Antônia, com quem viveu até os 19 anos, a história de Juracir ganhou mais força. Antônia disse ao deputado ter ouvido de seu filho, morto em um acidente de carro em 1982, que ele não seria o único a levar uma criança de Xambioá. Um outro militar, também de Fortaleza, teria "adotado" um bebê branco de oito meses. Para Greenhalgh "o caso de Juracir tem uma importância ímpar porque será o primeiro registro no regime militar brasileiro de filho de perseguido político seqüestrado por militares. E o segundo caso é mais grave ainda, porque se trata de um bebê", afirma o deputado federal. Já eram conhecidos casos como esse na Argentina, mas passados 30 anos, as marcas da adoção ainda não haviam sido identificadas no caso brasileiro. "Agora temos de descobrir o paradeiro desse bebê branco e aí decidir o que fazer", afirma o deputado Greenhalgh. Segundo a pesquisadora Myriam Luiz Alves, que estuda o assunto há 13 anos, o bebê branco citado pelo militar morto pode ser filho da guerrilheira Áurea Valadão, morta em 1974. "Tenho relatos de testemunhas da região de que uma das meninas que dava aula de matemática para as crianças (Áurea entre elas) estava grávida de poucos meses em 1971", diz Alves, trabalhando com a hipótese de que a guerrilheira teria deixado o filho com alguma família para se refugiar nas matas em 1972, com a chegada dos militares. De volta a Xambioá, em 1999, Juracir descobriu que na infância era chamado de Giovani e encontrou um barqueiro chamado Antônio que pode ser um de seus irmãos - e também filho do guerrilheiro Osvaldão. Falta encontrar leda, a filha mais velha de Maria Vieira da Conceição, que é dona de um bar na cidade. Os irmãos foram entregues a parentes, segundo Costa, no momento em que sua mãe soube que os militares estariam em busca de um filho de Osvaldão. Mariazona, como era chamada a filha mais velha, morreu em condições desconhecidas. (Folha de S.Paulo – Brasil – 25/04/04; Correio Braziliense – Brasil – 25/04/03)

Sites de Referência:

Correio Braziliense: www.correioweb.com.br

Folha de S.Paulo: www.folhaonline.com.br

Jornal do Brasil: www.jb.com.br

O Estado de S. Paulo: www.estadao.com.br

O Globo: www.oglobo.com.br

Informe Brasil é uma produção do Grupo de Estudos da Defesa e Segurança (GEDES) do CELA (Centro de Estudos Latino-Americanos) da Universidade Estadual Paulista/Campus de Franca, redigido por Érica Cristina Winand, bolsista Fapesp e Adele Godoy, bolsista CNPq/Pibiq, e coordenado por Luciene Capellari. As notícias e seu conteúdo são de responsabilidade dos jornais e não correspondem necessariamente ao pensamento do grupo.